CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: Operação mira 4 empresas e apura notas frias - 01/06/2026 - Política - Folha

Fonte original: Folha de S.Paulo. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Folha de S.Paulo (www1.folha.uol.com.br)
Autor	Não identificado
Data de publicação	01/06/2026 16:05
URL original	https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2026/06/operacao-contra-produtora-do-dark-horse-mira-outras-4-empresas-e-investiga-notas-frias.shtml
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Mário Frias, Eduardo Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Banco Master, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:03
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 19:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outra operação considerada suspeita pela polícia envolveu a apresentação de notas fiscais que haviam sido canceladas pelas empresas emissoras, a Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e a JR Feijão, sediada no Ceará, que totalizaram R$ 2,4 milhões. (defesa/posicionamento)
• Embora tenha citado a empresa cearense no inquérito policial, a Polícia Civil requereu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.
• A Complexsys recebeu, entre setembro de 2024 e abril deste ano, R$ 154 mil do gabinete do deputado, decorrentes de serviços de apoio à manutenção de escritório parlamentar, segundo a página de Transparência da Câmara dos Deputados.

RESUMO

Operação contra produtora do 'Dark Horse' mira outras 4 empresas e investiga notas frias - Polícia apura se instituto usou faturas frias para justificar despesas pagas pela Prefeitura de SP - Empresas localizadas ainda não se manifestaram; gestão Nunes diz que não encontrou irregularidadades Já é assinante? No caso da empresa paulistana, as notas foram canceladas no

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

mesmo dia da emissão, mas foram usadas pelo ICB na prestação de contas do contrato com a prefeitura.

Operação contra produtora do 'Dark Horse' mira outras 4 empresas e investiga notas frias

- Polícia apura se instituto usou faturas frias para justificar despesas pagas pela Prefeitura de SP

- Empresas localizadas ainda não se manifestaram; gestão Nunes diz que não encontrou irregularidadades

Já é assinante? Faça seu login

Continue lendo com acesso ilimitado.

Aproveite esta oferta especial:

Oferta Exclusiva

6 meses por R$ 1,90/mês

SOMENTE ESSA SEMANA

ASSINE A FOLHA

Cancele quando quiser

Notícias no momento em que acontecem, newsletters exclusivas e mais de 200 colunas e blogs.

Apoie o jornalismo profissional.

Além de endereços ligados à produtora de "Dark Horse" e de gabinetes da Prefeitura de São Paulo, a operação da Polícia Civil realizada nesta segunda-feira (1º) para investigar se dinheiro público foi usado indevidamente no filme sobre Jair Bolsonaro (PL) cumpriu mandados de busca e apreensão em quatro empresas que, segundo a investigação, podem ter relação com as suspeitas de desvio de verba.

De acordo com o inquérito do caso, a apuração tenta saber se o ICB (Instituto Conhecer Brasil), presidido por Karina Ferreira da Gama (dona da Go UP Entertainment, que assina a produção do filme), usou faturas e notas fiscais descritas como frias para justificar despesas custeadas pela prefeitura.

A polícia afirma haver "indícios de desvio de finalidade e confusão patrimonial" entre o instituto, que é uma organização social, e a produtora.

Quatro dessas faturas, que totalizaram R$ 8,5 milhões, foram emitidas pela Make One Lab, empresa de tecnologia com 37 anos de atuação, instalada no Alto da Lapa, zona oeste da capital paulista.

De acordo com a decisão judicial que autorizou a operação, as faturas, segundo a investigação, estavam "sem emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário correspondente, sendo destacado que as faturas possuíam numeração sequencial, mesma data de emissão e vencimento, além de valores artificialmente fracionados, sugerindo possível montagem documental para justificar saídas ilícitas de recursos financeiros".

A Make One diz que as faturas ao ICB são legítimas e referentes à locação de equipamentos, com tributos recolhidos, e se coloca à disposição das autoridades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Outra operação considerada suspeita pela polícia envolveu a apresentação de notas fiscais que haviam sido canceladas pelas empresas emissoras, a Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e a JR Feijão, sediada no Ceará, que totalizaram R$ 2,4 milhões.

No caso da empresa paulistana, as notas foram canceladas no mesmo dia da emissão, mas foram usadas pelo ICB na prestação de contas do contrato com a prefeitura.

A reportagem tentou contato com as duas empresas, pelo telefone em seus cadastros na Receita Federal, sem sucesso. Embora tenha citado a empresa cearense no inquérito policial, a Polícia Civil requereu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.

Conforme a Folha mostrou, a expansão dos negócios de Gama ocorreu após ela conhecer o deputado federal Mário Frias (PL-SP), secretário da Cultura durante o governo Bolsonaro e que também assina a produção do filme.

A Complexsys recebeu, entre setembro de 2024 e abril deste ano, R$ 154 mil do gabinete do deputado, decorrentes de serviços de apoio à manutenção de escritório parlamentar, segundo a página de Transparência da Câmara dos Deputados.

Frias não respondeu à Folha sobre a ascensão dos negócios de Gama desde que ela conheceu o parlamentar. A empresária foi procurada para comentar a operação policial, mas sua assessoria não deu resposta.

O ICB não prestou diretamente o serviço de instalação de pontos de wi-fi previstos no contrato com a prefeitura. O trabalho da entidade foi intermediar a contratação de outras duas empresas, que atuavam no ramo de tecnologia e fizeram o serviço.

Ambas as empresas, a Urban Connect e a Ultra IP, no Jardim Paulista e em Guaianases, respectivamente, também tiveram a busca e apreensão autorizadas pela Justiça.

No caso da Urban, a reportagem não conseguiu contato com a empresa. O telefone disponível é o próprio canal de atendimento do serviço de internet da prefeitura. A Ultra IP foi procurada pelo canal de atendimento via WhatsApp e uma atendente informou que a empresa retornaria, o que também não ocorreu até a publicação deste texto.

A Polícia Civil sustenta que o contrato foi firmado por valor acima do mercado. Cada ponto de wi-fi contratado por meio do instituto custou R$ 1.800; a Prodam, empresa pública de tecnologia da prefeitura, presta serviço idêntico por R$ 230 de implantação por ponto e R$ 306 de manutenção mensal, segundo a corporação.

Segundo o inquérito policial, parte dos pagamentos feitos ao ICB para fornecimento de wi-fi ocorreu sem que o serviço tivesse sido prestado.

A prefeitura nega e afirma que, dos 3.200 pontos contratados, apenas 52 estavam fora do ar nesta segunda, em manutenção, e que a contratação do instituto seguiu os princípios da legalidade, transparência e economicidade.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) ressalta ainda que o chamamento público ocorreu em 2024, quando "não havia sequer produção do filme mencionado". Segundo a prefeitura, não foram encontradas irregularidades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Ao comentar a operação desta manhã, Nunes disse que a prefeitura havia repassado todas as informações solicitadas pela Polícia Civil ao longo das investigações. Ele também diz perseguição política. A Polícia Civil é ligada à gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), aliado de Nunes e da família Bolsonaro.

Ao requerer autorização para buscas, a autoridade policial disse que a gestão Nunes não respondeu a ofício que solicitou cópia integral do procedimento administrativo e da prestação de contas do contrato com o ICB. O contrato teve custo de R$ 108 milhões, segundo a polícia.

Para a produção de "Dark Horse" (azarão), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, pediu ajuda a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, preso durante investigações de fraude bancária. Vorcaro repassou R$ 61 milhões ao filme. O banqueiro nega as acusações de fraude ligadas ao banco.

Além da investigação da Polícia Civil sobre possível desvio de recursos da Prefeitura de São Paulo para a produção do filme, a Polícia Federal investiga se recursos do filme, gravado no Brasil e produzido também nos Estados Unidos, estavam sendo usados para custear as despesas do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Flávio Bolsonaro afirma que a produção tem "zero recursos públicos". Já Eduardo Bolsonaro nega que tenha recebido recursos alocados para a produção.

Receba notícias da Folha

Cadastre-se e escolha quais newsletters gostaria de receber

Ativar newsletters

Fonte original: https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2026/06/operacao-contra-produtora-do-dark-horse-mira-outras-4-empresas-e-investiga-notas-frias.shtml · Coletado em 29/09/2026 10:03 · Gerado em 28/11/2026 00:02

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.